



DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS E LITERÁRIAS DO SÉCULO XIX: HOLOFOTES DO “SUBMUNDO” DAS MULHERES

Benício Mackson Duarte Araújo¹; Profa. Dra. Maria Edileuza da Costa²

Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

¹beniciomackson@hotmail.com; ²edileuzacosta@uern.br

RESUMO: As dimensões culturais e literárias do século XIX nos exortam a refletir acerca da situação da mulher na sociedade oitocentista brasileira. As relações de gênero e alteridade desse âmbito se mostram de suma importância para a compreensão dos fatores socioculturais e ideológicos que se deram em tal período e que podem ser enxergadas pela óptica do monumento literário. Com isso, à luz de estudiosos como Candido (2014), Costa (2010) e Muzart (1990), o presente estudo versa sobre a situação da mulher oitocentista frente à sociedade patriarcal. Esperamos que este estudo possa contribuir para as pesquisas sobre as relações de gênero na literatura e em áreas afins, de modo a cooperar para a desconstrução de estereótipos outrora enraizados na sociedade e que insistem em persistirem contemporaneamente.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Feminino; Literatura; Século XIX.

INTRODUÇÃO

A íntima relação entre literatura e sociedade possibilita o estudo entre o texto de tessitura artística e o fenômeno das relações humanas estabelecidas em contextos contornados por certas ideologias. As ligações de alteridade, por muitas vezes, são transmutadas através do monumento literário que reflete determinado meio e determinada época sob o olhar privilegiado do escritor e da composição do enredo da obra literária.

Tomados pelas discursões de gênero e alteridade nos processos sociais e literários brasileiros, o século XIX se mostra como um período em que o papel da mulher esteve regido por ideologias e enquadrado por correntes patriarcais que privilegiaram um sexo a outro, sendo que ao feminino foi atribuído, na maioria das vezes, a submissão e

a obediência ao mando do masculino, estando, a mulher, direcionada a um universo subalterno de limitações, enquanto ao homem se destinara o protagonismo nas diversas atuações sociais.

Por este caminho, entendendo que o texto literário perpassa as linhas narrativas e confluem-se às relações estabelecidas socialmente, estando em constante diálogo com as (trans)formações estabelecidas nesse meio, o presente trabalho discute as condições sociais do século XIX dando destaque às relações de gênero e alteridade na escrita literária desenvolvida nesse período. Para tanto, inicialmente, discutimos acerca de literatura e sociedade, partimos depois para as condições de produções da época, ideologias e pré-conceitos estimulados ao ato de escrever e a autoria de cunho minoritário.



Esperamos que o estudo contribua para as pesquisas no campo das relações de gênero na literatura brasileira, de modo a implicar no âmbito social em que o fazer literário transgrida as fronteiras outrora estabelecidas ao feminino, uma vez que, contemporaneamente, somos convidados a propagar a equidade entre os sexos, não apenas nas entrelinhas de nossa literatura, mas também nas pequenas e grandes ações do dia a dia.

A SOCIEDADE, O FEMININO E A CULTURA NAS ENTRELINHAS DO TEXTO LITERÁRIO

Estudar a literatura brasileira dos oitocentos é problematizar a condição humana, bem como as várias transformações sociais e antropológicas que aconteceram neste período. Para o Brasil, o século XIX representa a luta por conquistas e interesses refletidos em relações sociais que buscaram a construção de uma identidade própria, a qual, paulatinamente, revelou a chegada de uma aurora resplandecente a prenúncios de novos tempos.

A literatura representa o retrato de uma sociedade de determinada época, pois possibilita o estudo entre texto e contexto numa interpretação dialética íntegra (CANDIDO, 2014) e dialógica (BAKHTIN, 1988), uma vez que não podemos estudar a obra literária sem considerar os fatores sociais

e ideológicos que a compõem desde o seu momento de criação até as afinidades estabelecidas com seus leitores, tampouco, as demasiadas esferas discursivas que circundam as entrelinhas do texto literário.

A investigação dialética da literatura aludida por Antonio Candido (2014) parte de uma concepção de estudo filosófico, em que fundem dois pontos de vistas para que, a partir disso, possa se iniciar um processo de estudo desenvolvido por perguntas e respostas. No caso, defende-se um estudo literário entre os recursos internos (estrutura) e externos (social) do texto, necessários para interpretações e análises literárias.

Já a questão do dialogismo evocada por Bakhtin (1988) não se direciona diretamente ao literário, mas às funções da linguagem estabelecidas, em especial o discurso, presente na obra como aspecto social. O dialogismo, como coloca Costa (2010, p. 225-226):

[...] é impensável fora das relações com a linguagem e das manifestações gerais do ato comunicativo. Ele, portanto, deriva-se da interação social, partindo do pressuposto de que o romance se constitui de uma matéria verbal falante, que reúne e transforma várias modalidades discursivas que o romance experimentou ao longo de sua história. Na teoria do dialogismo, não basta admitir a presença de um autor, nem mesmo do autor



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

implícito; é preciso verificar como as palavras são transmitidas dentro de um contexto, descartando totalmente a hipótese da linguagem única.

Costa (2010) explana as questões do dialogismo dentro da prosa de ficção como um ato comunicativo das manifestações da linguagem provindo da interação social. Podemos utilizar os mesmos pressupostos bakhtinianos também para o gênero literário poesia por sua gênese social e possibilidade de, como o romance, dialogar com outros textos e discursos. Vemos que a obra literária reflete em si a sociedade a partir dos aspectos textuais e linguísticos que não se limitam ao que está dito entre as capas do livro, mas transcende-as, indo de encontro às manifestações socioculturais e as relações humanas estabelecidas.

Costa (2010, p.229) coloca que:

A obra literária é, sem dúvida, o lugar em que como seres humanos, as personagens se encontram integrados num denso tecido de valores religiosos, morais, políticos e sociais que podemos chamar de discurso formativo a partir de uma visão ou de várias visões.

A obra literária pode ser vista como representação da realidade, em que os personagens de um romance ou o eu-lírico de

um poema transcendem a ficção e representa a sociedade e os seres humanos que a compõem. Torna-se inviável estudar a obra literária sem levar em conta as relações sociais estabelecidas entre vários povos e épocas, pois as diversas manifestações presentes em uma cultura, seja ela formal ou não, é transmutada nos arquétipos do texto literário por discursos e leituras de mundo.

Vejamos como Candido (2014, p. 40) discorre sobre:

A obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição. [...] Focalizemos o influxo exercido pelos valores sociais, ideologias e sistemas de comunicação, que nela se transmudam em conteúdo e forma, discerníveis apenas logicamente, pois na realidade decorrem do impulso criador como unidade inseparável. Aceita, porém, a divisão, lembremos que os valores e ideologias contribuem principalmente para o conteúdo, enquanto as modalidades de comunicação influem na forma.

Em consonância com Antonio Candido, a obra literária não se concebe por ela mesma, tampouco, somente, por uma ligação filial perfeita com a sua autoria, sendo fruto de relações sociais, tradicionais e culturais que compõem o contexto sociocultural no qual é produzida e ecoada



pelas tessituras artísticas, propiciadas pela inquietação do olhar privilegiado do autor(a). A obra literária e seu enredo, ficcional ou não, refletem o meio social e este meio engloba costumes e condições de relações entre sujeitos e pares, por isso, o texto emerge ideologias, concepções e preceitos referentes a sociedade.

Para prosseguirmos, faz-se necessário aludirmos acerca das relações de alteridade desenvolvidas pelos sujeitos sociais. Segundo Costa (2010, p. 229),

[...] A alteridade, então, é a concepção que pressupõe a interdependência do homem social, ou seja, a sua ligação com os outros indivíduos e o modo de vê-lo, de ver o outro, visto que a existência do eu só ocorrer mediante o contato com o outro e depende da visão do outro.

A alteridade se caracteriza pela relação entre os indivíduos diante da forma como os sujeitos se constroem e se denominam socialmente, bem como a maneira como se relacionam. A alteridade é, ainda, pois, a forma de abertura social de um sujeito para definição com o outro, e com isso a abertura à comunicação e interação frente o paradigma de dominar ou ser dominado.

Para compreendermos melhor as relações de gênero e alteridade no Brasil, faz-se necessário aludirmos sobre o momento da colonização de nossas terras e,

consequentemente, a chegada de uma nova cultura, a europeia, que sobressaiu sobre a tradição indígena dos tupinambás em meados do século XVI. Vejamos o que coloca Vainfas (2010, p.115):

O perfil das mulheres que habitavam o Brasil colonial manteve-se prisioneiro, por várias décadas, de um sem número de imagens, parte delas verossímil, outra parte estereotipada. Dentre os vários autores que delas falaram talvez o melhor tenha sido Gilberto Freyre [...]. Várias mulheres povoam, com efeito, as belas páginas de *Casa-grande e senzala*, mulher submissa e aterrorizada com o castigo masculino até a mulher fogosa, sempre pronta a dar prazer aos machos, a requebrar-se dengosa pelas ruas desalinhas das vilas coloniais, a seduzir com doçura nos caminhos à beira do rio, à sombra de uma árvore, no meio do mato.

A literatura sobre o século XVI, como coloca Vainfas (2010), apresenta-nos certos estereótipos de mulheres, dentre os quais, dois ganham destaque especial; a mulher submissa ao homem e escrava do lar, da casa-grande e da senzala, subalterna ao grito e mandados do marido e explorada sexualmente; a mulher institucionalizada pelo matrimônio, que portava o nome da família, aquela que burguesamente vestia-se com



vestidos caros e atuava socialmente como extensão do marido. Esses estereótipos foram importados da corte portuguesa e dos padrões europeizados de mulher, fruto das concepções patriarcais nas quais ao homem direcionam-se plenos poderes de posses sobre sua esposa e seus filhos e filhas.

No entanto, o desejo sexual masculino não se satisfazia com as donzelas brancas de porte europeizado, mas acentuara-se à pele amorenada da mulata brasileira e seu corpo libidinoso. A carne nua, que esculpia-se diante dos olhos lusitanos, como coloca Vainfas (2010, p. 115-116):

As mulheres índias, essas sim, foram amantes dos portugueses desde o início e Gilberto Freire sugere que o foram até por razões priápicas. Mal desembarcavam no Brasil e os lusitanos já “tropeçavam em carne”. As índias eram “as negras da terra”, nuas e lânguidas, futuras mães de Ramalhos Caramurus, todas a desfilarem, com seus parceiros lascivos, a paciência e rigorismo dos jesuítas.

Embora a cultura prevalecente da época primasse pelo matrimônio e as relações patriarcais, o homem, aceitavelmente, mantinha relações extraconjugais, principalmente com as mulheres que lhes estavam submissas, como as índias

escravizadas e as escravas trazidas da África, violentadas como resultado da dominação.

Por outro lado, as esposas serviam ao senhoril como status social e amostragem de um casamento fortificado em alicerces conjugais. Elas também atuaram como procriadoras e, assim, multiplicadoras do nobre sobrenome do marido que se estendia aos filhos. Estes, porém, não recebiam um sobrenome provindo da mãe, porque silenciava-se a genealogia da mulher, compondo-a apenas como propriedade do marido, principalmente se esta não tivesse origem burguesa.

Nesse limiar de estereótipo feminino se encontra uma única concepção de mulher construída pela sociedade: a mulher como servidora do homem. Sejam nas tarefas domésticas, nos entornos públicos, ou, ainda, entre as quatro paredes de um quarto, o papel da mulher era servir ao homem e aos seus e como boa serviçal, cabia-lhe o silêncio e a subalternidade.

A MULHER NO SÉCULO XIX: O UNIVERSO FEMININO ÀS MARGENS DA SOCIEDADE PATRIARCAL

As mulheres brancas que se estabeleceram na terra de Santa Cruz eram portuguesas, mulheres e filhas de colonizadores, representantes da corte, trazidas para povoamento das terras brasileiras depois que Portugal exercia pleno



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

domínio sobre a colônia brasileira. Com o avanço do processo de dominação e exploração das terras brasileiras, “as mulheres brancas, em pequeno número, no acanhado litoral do século XVI, teriam vivido em completa sujeição, primeiro aos pais, os todopoderosos senhores de engenho, depois aos maridos” (VAINFAS, 2010, p. 115).

No século XIX, o homem se colocava em condição superior à mulher, o envolvimento em ações extraordinárias, como os negócios, a participação em guerras, a intervenção na política, status intelectual e social, direcionavam uma carga de autoridade que se estabeleceu culturalmente acima do sexo feminino, que resguardava-se para a servidão ao homem e com isso privada do contexto social, bem como entregue ao confinamento às prerrogativas do lar nas suas tarefas diárias.

Sobre as relações sociais entre homens e mulheres estabelecidas no século XIX, Souza (2012, p. 17) expõe que:

Os princípios conservadores que superiorizam a condição do homem em relação à classe feminina, fazem parte da estrutura social, onde o indivíduo é dominante ou dominado. A sociedade acaba evidenciando o controle masculino, dando ao homem instrumentos de poder de dominação do presente e de expansão para o futuro, ou seja, o

homem foi sendo por natureza um ser transcendente em relação ao sexo oposto.

A vida das mulheres do século XIX girava em torno da constituição do lar. A subalternidade ao homem colocava-as frente à fragilidade e, conseqüentemente, a uma série de privações acarretadas por tais valores sociais e patriarcais. O lar, único caminho a ser trilhado pelos passos femininos, pode ser ilustrado por uma estufa de onde a mulher não podia escapar do mando masculino e tampouco das obrigações domésticas.

Aguiar (1997, p. 172) explica a situação da submissão feminina no contexto patriarcal:

O controle sobre as mulheres é semelhante ao exercido sobre os animais, quando os direitos do senhor se estendem sobre todos os filhos tidos, dependendo exclusivamente de seu reconhecimento para que possam ser por ele sustentados. A relação de dependência parece ser atribuída pelo autor à natureza, quando enumera a superior força física e inteligência dos homens, em comparação com as características das mulheres. Entretanto, de fato, o padrão de dominação se deriva do controle social que o pai exerce sobre a reprodução.

Esse controle patriarcal separava homens de mulheres mediante conceitos



culturais, em que o homem, detentor de inteligência e de força física, sobressaía diante da estipulada delicadeza e fragilidade feminina. Submissa, a mulher era “adestrada” para satisfazer a vontade alheia, que em primórdios visava a multiplicação do sobrenome da família e colocava a figura feminina em situação de completa passividade, como também, destinava-a ao processo de reprodução, em que, a grossa voz masculina se sobressaía ao frágil silêncio feminino.

Saint-Hilaire (1940, p. 48), a respeito da condição da mulher coloca que: “[...] cercado de escravos, o brasileiro habitua-se a não ver senão escravos entre os seres sobre os quais tem superioridade, seja pela força, seja pela inteligência. A mulher é, muitas vezes, a primeira escrava da casa, o cão é o último”.

Nota-se a condição de subalternidade na qual a mulher do século XIX estava inserida, abaixo, até mesmo, da posição animalésca do cão, resultado provindo das ideologias fortificadas pelas estruturas enraizadas naquela época, tais como a escravista, as oligarquias rurais e o início do capitalismo.

Há no século XIX um estereótipo de mulher formado através da sombra do homem e manipulada em diversos papéis sociais, cujos objetivos circulavam em torno da

submissão e dominação feminina. Souza (2012, p. 18) articula que:

Integra-se no contexto cultural do Ocidente, na época que antecede o século XIX, uma mulher tida como objeto de manipulação e preponderância, arrojada em papéis sociais e estereótipos estabelecidos pelo sistema patriarcal, e, dessa forma, não conserva uma identidade.

Esse estigma de mulher se propagara em torno das nuances sociais, inclusive a religião propunha um estereótipo feminino moldado à submissão masculina influenciando decisivamente (e diretamente) na formação da mulher, que encontrava no sofrimento a única saída para remissão da “culpa” por ser desprovida do sexo masculino.

A mulher oitocentista estava enquadrada em uma redoma, privada dos privilégios sociais, de modo a viver sob a sombra do homem, primeiramente às forças do pai, que impunha sobre os filhos o direito de dominação e posse, momento em que a mulher era instruída para o casamento, acontecimento sublime representando o êxtase de sua vida. No entanto, as núpcias davam continuação a subalternidade, em que no âmbito a dois, como esposa, a mulher representava um objeto de posse, de procriação e de cuidado do lar.

Muzart (1990, 64) assim apresenta a vida das mulheres do século XIX:



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A vida das mulheres no século XIX girava, segundo os homens, em torno ao lar, filhos, festas, moda, igreja, os próprios homens. O que fazia uma mulher ser mulher? A beleza, o encanto, a graça, a timidez eram as principais características do feminino.

A perfeição feminina aos olhos do homem direcionava-se em torno dos estereótipos de beleza, delicadeza, timidez e silêncio, os quais representam a obediência ao outro. A própria vestimenta feminina empunhara os moldes impostos pela sociedade; grandes vestidos circundando o corpo e abaixo deles estruturas de ferro que protegiam e engaiolavam a mulher.

Essas estruturas recebiam o nome de “crinolina gaiola” que serviam para realçar as saias dos vestidos e deixá-los mais abertos e bonitos. Isso representava símbolo de luxúria que transformavam a mulher, especialmente nos bailes da Corte, na figura que levava ao status masculino frente ao processo de comunicação com os outros e com o mundo (PASSOS & CAMARGO, 2013).

No final do século XIX, são desenvolvidas ideias e associações revolucionárias. A burguesia feminina passa a ter direito à educação escolarizada conforme aos moldes cristãos de maneira a preparar as jovens para a maternidade, instruindo-as para

ser a educadora primeira da geração que estaria por vir. Um dos principais colégios desse período é o Colégio São Vicente, sobre o qual Gomes (2003, p. 02) articula:

[...] pesquisas sobre colégios femininos católicos da época revelam que enquanto ao rapaz era dada uma educação voltada para o intelecto, para as moças a educação primava basicamente pela moralização de seu caráter nos moldes cristãos, acentuando o mero lustro para o convívio social exigido para uma senhora burguesa, tendo em vista um modelo formador de esposa e mãe.

Com estudos e leituras várias desenvolvidas nos centros educacionais para meninas, a mulher foi ganhando uma gama de conhecimento, ainda limitados em relação ao universo masculino, mas suficientes para a conquista de importantes espaços na sociedade, porém carregados de estigmas e (pré)conceitos.

Acerca das novas concepções da sociedade oitocentista, Silva (2014, p. 62) coloca que:

A sociedade brasileira do final do século XIX passava por um período de grandes mudanças políticas e sociais. Este é um período sob o qual as ideias de progresso e civilização estão muito presentes, e por conta disto é possível observar a



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

constituição de novas concepções a respeito da vida familiar e o universo feminino de acordo com o momento que vivia.

O processo civilizatório da mulher burguesa permitiu a entrada em caminhos exclusivos dos homens, o campo das letras paulatinamente trouxe à tona a voz das mulheres, tirando-as da passividade literária exercida, antes, através da escuta e leitura de obras romanescas. Mesmo que timidamente, a escrita feminina foi conquistando seu espaço, adaptando às ideologias patriarcais para poder, a partir disto, revelar as condições de subalternidade em que a mulher estava inserida e assim propor nas entrelinhas a igualdade de gêneros.

CONCLUSÕES

Mediante as discussões propostas no presente estudo, é possível perceber que os alicerces da sociedade brasileira estão fincados sobre pilastras patriarcais que limitam a função do papel da mulher à submissão ao homem. Este conceito acerca do feminino nos primeiros séculos do Brasil destinaram as mulheres a viverem em um verdadeiro “submundo”, que na incompletude de ser social só poderia se completar através dos enlaces masculinos, o que significara a

sujeição aos processos de dominação impostos pela sociedade.

Estudar as relações de gênero e alteridade que se deram no século XIX é compreender os processos culturais e sociais aos quais estamos vinculados e uma maneira de combater a problemática da exclusão do feminino e de outras classes minoritárias renegadas da atuação e participação da constituição social e de suas próprias identidades, que estiveram a mercê do crivo patriarcalista e escravista.

Ao mencionamos a presente problemática através da óptica literária foi possível enxergar que a íntima relação entre literatura e sociedade possibilita um estudo para além do texto e sua tessitura artística. Os conceitos de “dialogismo” e “dialética” proporcionam, através da obra literária, o diálogo com os contextos de produções artísticas e as relações humanas que se dão em determinado época e ensejo de produção.

Assim, o estudo de gênero e alteridade na literatura no século XIX traz à tona a reflexão acerca da necessidade da equidade entre os sexos na contemporaneidade, uma vez que, apesar da acessão da mulher nos diversos setores da sociedade do século XXI, ainda somos vítimas de fortes resquícios de uma cultura constituída de estereótipos que colocam a mulher em um mundo de impossibilidades



construído através da fortificação de conceitos como “fragilidade” e “incapacidade”, o que

ainda reforçam a tensa ligação entre dominador e dominado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: AGUIAR, N., (Org.), **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos tempos, 1997.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini,etal. São Paulo: Editora da UNESP/Hucitec, 1988.

CANDIDO, A. M. S. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

COSTA, M. D.; LOPES, L. C. V.; REDSOM, J. C. A relação de alteridade do discurso feminino na literatura brasileira. In: SILVA, A. M. M. et al. (Org.). **De memória e identidade: estudos interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

GOMES, A. L. F. **Vida e Obra da poeta potiguar Auta de Souza**. Natal: Observanordeste, internet. 2003.

MUZART, Z. L.. **Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX**. Travessia, Santa Catarina, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17202/0>>. Acesso em 01/05/15 às 17:00.

PASSOS, A. S. & CAMARGO, G. M. de. **O papel da mulher e da indumentária do século XIX pela perspectiva do filme “Anna Karenina”**. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/9-Coloquio-de-Moda_2013/COMUNICAÇÃO-ORAL/EIXO-7-FIGURINO_COMUNICAÇÃO_ORAL/O-papel-da-mulher-e-a-indumentaria-do-seculo-XIX-pela-perspectiva-do-filme-Anna-Karenina.pdf>. Acesso em 10/05/2015 às 11:00.

SAINTE-HILAIRE, A. **Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província cisplatina e missões do Paraguai**. Tradução de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins, 1940.

SILVA, C. V. **A condição feminina nas obras de Júlia Lopes de Almeida publicadas de 1889 a 1914**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Piauí. Teresina, 2014.

SOUSA, M. L. D. **Nas sombras do feminino: entre Nísia Floresta e Maria da Penha**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros, 2012

VAINFAS, R. Homoerotismo feminino e o santo ofício. In: PRIORI, M. D. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.